

“FOLHA CORRIDA” CRESCE, MAS REITOR DA UFPI SEGUE FIRME NO CARGO

Rafael Nakamura
Estagiário de Jornalismo

Efrém Ribeiro



Luiz de Sousa Santos Júnior, reitor da Universidade Federal do Piauí, sofre processos administrativos do MEC, ação civil do Ministério Público Federal, além de investigações da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União. A Fadex, uma fundação dita de apoio, está no centro de várias denúncias. Seu presidente?

O reitor Santos Júnior... A corrupção na instituição pública e a audácia do Magnífico, que descumpram até decisão de juiz federal, resultaram no surgimento do Movimento Social em Defesa da UFPI. Mas o reitor parece dispor de uma grande rede de influência. Não balança, não cai e pode até fazer o seu sucessor

O Movimento Social em Defesa da Universidade Federal do Piauí (UFPI) surgiu em dezembro de 2011, período em que vieram a público na mídia diversas denúncias contra o reitor Luiz de Sousa Santos Júnior, fazendo com que os casos de corrupção tomassem projeção nacional. A enxurrada de processos não é exclusividade do reitor, pois vários de seus assessores também estão sendo investigados e processados. A UFPI é só mais uma dentre as universidades públicas do Brasil em que estão sendo investigados casos de corrupção. Matéria do jornal *O Globo* (11/12/2011) cita investigações em 16 universidades federais, nas quais foram detectadas fraudes envolvendo reitores, pró-reitores e ex-dirigentes no desvio de verbas, contratos irregulares e favorecimento de parentes. O MEC apura 23 casos envolvendo oito gestores de instituições federais. O grande campeão, com sete processos administrativos (PADs), é Santos Júnior.

Ao lado de 18 assessores, San-

tos Júnior é acusado de abuso na utilização de cartões corporativos e fraude que pode ter resultado no desvio de cerca de R\$ 405 mil. O reitor enfrenta também ação civil pública por improbidade, após serem constatadas irregularidades na concorrência para aquisição de serviços de publicidade da UFPI, episódio no qual favoreceu as empresas Vende Publicidade Ltda e Mídia Externa Ltda com 16 contratos sem licitação. Somem-se a isso investigações do Ministério Público Federal de casos de corrupção e desvio de finalidade na Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa Ensino e Extensão (Fadex). O presidente da Fadex é ninguém menos do que o próprio reitor Santos Júnior.

O Movimento Social em Defesa da UFPI é uma iniciativa que reúne setores do movimento social organizado: estudantes, professores, trabalhadores em geral. “O Movimento Social em Defesa da Universidade Federal do Piauí vem atuando em duas frentes”, explica o professor Américo Souza. “Uma delas é a realização de uma campanha de esclarecimento da comu-

nidade acadêmica e da sociedade civil sobre as denúncias de corrupção que pesam contra o reitor e contra alguns outros membros da administração superior da UFPI. Campanha composta de distribuição de notas, outdoors, adesivos para carros e promoção de debates sobre o tema. A segunda frente é o acompanhamento dos processos disciplinares que tramitam no MEC, cobrando das autoridades competentes celeridade na conclusão das investigações”.

Em atuação conjunta de professores e estudantes, Mário Ângelo de Meneses e Sousa, presidente da Associação dos Docentes (Adufpi) e Cássio Borges, coordenador do DCE, encaminharam ao MEC um dossiê reunindo uma série de documentos que atestariam as inúmeras ilegalidades que o reitor da UFPI teria praticado desde o início da sua primeira gestão, em novembro de 2004. O ministério acatou a representação e abriu sete processos administrativos contra Santos Júnior. Nesse meio tempo já foram listadas 52 licitações fraudulentas e o apontado envolvimento de 32 pessoas.

“É interessante notar que a Fadex funciona nas dependências da UFPI, a indicar que é a Fadex, e não a UFPI, que realmente precisa de apoio”, adverte o procurador da República Leonardo de Oliveira.

Apesar de o MEC apontar potenciais fraudes através de nota à imprensa, o reitor não demonstra preocupação com o andamento das investigações. Nem mesmo ordens judiciais parecem ser capazes de detê-lo. A Procuradoria da República no Piauí investiga o descumprimento da decisão do juiz da 2ª Vara Federal, Márcio Braga Magalhães, que, no dia 29 de junho de 2009, determinou que a UFPI deixe de assinar convênios com a Fadex. Apesar da ordem judicial, consta no *Diário Oficial da União* que nos últimos três anos a UFPI firmou com aquela fundação dezenas de convênios relacionados à construção de salas de aula, aquisição de ônibus, equipamentos de ráiodifusão e outros. Santos Júnior usa a fundação para escamotear a necessidade de contratar mediante concorrência pública.

Leonardo Carvalho Cavalcante de Oliveira, procurador da República, é o autor de uma ação

civil pública que acusa a Fadex de atuar como intermediária na contratação de serviços e obras: “Atividades administrativas indelegáveis, de responsabilidade da UFPI, têm sido transferidas à fundação. Estas atividades, ao contrário do que sugere o nome da fundação, não estão relacionadas ao apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão e sim à contratação de obras de engenharia voltadas para a construção, reforma e compra de materiais de uso permanente da UFPI, envolvendo grandes montantes de recursos públicos”.

O procurador lembra que a realização de obras “é atividade voltada para atender necessidade de caráter permanente das instituições de ensino superior, razão pela qual não pode ser objeto de convênio ou contrato com fundação de apoio. Há portanto vício insanável na constituição dos contratos assinados, dado o alargamento ilegal de seu objeto, envolvendo atividades que não se limitam ao prescrito na lei”. Oliveira questiona a própria finalidade da entidade privada: “A propósito, é interessante notar que a Fadex funciona nas dependências da UFPI, a indicar que é a Fadex, e não a UFPI, que realmente precisa de apoio”.

O caso de Santos Júnior faz crescer a lista de reitores envolvidos em práticas ilícitas e em conflito de interesses com fundações privadas. Alguns deles perderam o cargo em meio a crises e greves estudantis: Timothy Mulholland, reitor da Universidade de Brasília

(UnB), caiu em 2008 após denúncias de promiscuidade entre sua gestão e a Finatec; Ulysses Fagundes Neto, reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), renunciou em 2008 depois que se soube que usava cartões corporativos de modo irregular e abusivo, para fins pessoais; José Januário Amaral, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), renunciou em 2011 após uma longa greve (p. 32). Mas quais as chances reais de Santos Júnior vir a ser destituído?

Há quem acredite que o reitor dificilmente cairá. Ele detém uma rede de influência muito grande. Se cair, somente acontecerá após a consulta universitária. Tanto o Judiciário quanto o MEC dispõem de documentação comprobatória de ilicitude em escala. No entanto, nem o descumprimento da decisão judicial para que cessassem os convênios e contratos com a fundação de apoio para atividades de caráter permanente, em especial, obras e serviços de engenharia e contratações de pessoal sem concurso, produziu o resultado esperado de uma intervenção de ordem administrativa ou judicial.

Santos Júnior ainda reservou mais uma surpresa. Perto da data em que o Colégio Eleitoral da universidade irá elaborar a lista tríplice de candidatos para reitor, o Magnífico decidiu suprimir a consulta pública do processo de escolha. O Conselho Universitário, que tradicionalmente homologa o resultado da consulta pública, deverá decidir sozinho o primeiro nome da lista a ser indicada ao MEC.